



Instituto de Previdência de Paraíba do Sul - PREVSUL
Av. Prefeito Bento Gonçalves Pereira, n.º 583 – Centro
PARAÍBA DO SUL - RJ

ATA DA 170ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA, realizada ao 05 dia do mês de agosto de 2026, às 17 horas e

15 minutos, na Sede do Instituto, por convocação n.º 10/26, da Diretora-Presidente do PREVSUL, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1. PAI 2026 - alterações; 2. Contribuições em aberto 3. RPC. Abrindo a reunião a Sr.ª Elis apresentou aos presentes o e-mail recebido de Departamento de regime de Previdência Complementar, da Secretaria de regime Próprio e Complementar – MPS, visando a conclusão da análise de atendimento aos requisitos para o parcelamento especial EC 136/2025. Disse que, conforme solicitado, pelo PREVSUL através do Ofício n.º 302/2026, a Prefeitura nos encaminhou os documentos necessários, a saber: a) declaração de não ingresso de servidores com remuneração de cargo efetivo superior ao limite máximo de benefícios do RGPS após a publicação da lei que instituiu o RPC; b) relação nominal dos servidores efetivos ingressantes após a publicação da lei que instituiu o RPC, devidamente assinada pelo Prefeito. A Sr.ª Elis disse aos conselheiros que se trata de uma formalidade para prosseguimento das análises dos parcelamentos, mas que tudo está correto. Passando para a próxima pauta do dia, a Diretora apresentou o Ofício n.º 324/2026, encaminhado para o Prefeito, para o Secretário de Fazenda e para o Presidente da Câmara de Vereadores, dando ciência acerca dos débitos previdenciários existentes. Esclareceu a Sr.ª Elis que o ofício, além de apresentar os valores em aberto, alerta quanto às sanções aplicáveis, pois, além de multa, existe a previsão de suspensão dos parcelamentos, conforme § 3º do artigo 115, da EC 136/2025. Com o encaminhamento da DIPR pelo CadPrev, diz a Sr.ª Lidiane, estes atrasos serão informados, impactando negativamente no extrato previdenciário, base para a emissão do CRP. O Sr. Antônio José lembra que, ainda que o CRP esteja vigente, há que se manter a vigilância e controle, tanto dos pagamentos, quanto do envio das informações, de modo a não termos problemas futuros. Ressalta a transparência como aliada do Instituto, pois é através do conhecimento que nossos segurados podem exercer seu papel de fiscalizador das contas públicas, repasses e utilização dos recursos financeiros. A Diretora Presidente concorda e diz que esta foi uma das grandes preocupações da atual gestão, que desde 2024 vem buscando mecanismos de ampliação e facilitação do acesso dos servidores e beneficiários às informações do PREVSUL. Quanto aos valores em atraso, a Sr.ª Elis lembra que os Tribunais de Contas estão atentos às festas, rodeios e exposições agropecuárias em municípios com inadimplência previdenciária. O TCE-PE, por exemplo, caracteriza como violação à moralidade e à responsabilidade fiscal. Processo TCE-PE n.º 24100628-4RO001. Com a proximidade da Exposição Agropecuária da cidade, somado aos riscos de cancelamento dos parcelamentos, cremos que tudo se resolverá em breve e vimos nos



Instituto de Previdência de Paraíba do Sul - PREVSUL
Av. Prefeito Bento Gonçalves Pereira, n.º 583 – Centro
PARAÍBA DO SUL - RJ

reunindo com o Sr. Juliano para manter diálogo e entendimento, disse a Sr.^a Lidiane. A Vice-Presidente disse aos conselheiros que os recursos da Taxa de Administração investidos no Vértice 2026 ficarão disponíveis em 16/08 e que o Sr. Bruno Leme, Consultor da Crédito & Mercado fará algumas considerações quanto a isto. Registrando a presença do consultor, a Sr.^a Elis passou a ele a palavra. Após fazer uma breve análise do mercado financeiro e do cenário político nacional e internacional, o Sr. Bruno disse aos conselheiros que os recursos do Vértice 2026 podem ser aplicados em um novo Vértice, preferencialmente 2027, haja vista a necessidade de liquidez para quitação das despesas administrativas do Instituto. Esclareceu que, havendo disponibilidade de recursos para investimentos com prazos um pouco maiores, isto pode ser estudado pelos colegiados. Fica ainda a orientação de que seria bom momento para investimentos em fundos IRFM-1 e CDI. Da análise de nossa carteira, o Sr. Bruno e os conselheiros observam o comportamento de outros investimentos, com pouca rentabilidade, como o Caixa Brasil Gestão Estratégica. A S.^a Elis disse aos presentes que a reunião do Comitê de Investimentos será na próxima semana e que todas estas análises serão apresentadas e discutidas. A boa notícia é que nosso PL vem crescendo e estamos conseguindo bater a meta de rentabilidade, diz a Sr.^a Lidiane. Passando às alterações da Política Anual de Investimentos, o Sr. Bruno Leme, consultor da Crédito & Mercado e a Sr.^a Lidiane apresentaram as últimas correções realizadas pelo Comitê de Investimentos. Disse a Sr.^a Lidiane que a proposta de alteração da PAI contempla somente a estratégia-alvo prevista no art. 7º, inciso I – Fundos de Renda Fixa 100% Títulos Públicos, cuja alocação passará de 76,00% para 99,00%. Esclareceu ainda que a readequação se fez necessária em razão de o percentual alocado neste ativo corresponder atualmente a 91,36% dos recursos do Instituto, ultrapassando o limite inicialmente estabelecido. Ressaltou que conforme o disposto na Resolução nº 5.272/2025, e considerando que o Instituto ainda não possui certificação Pró-Gestão, as aplicações ficaram restritas a ativos enquadrados no art. 7º, I, ou seja, Fundos de Renda Fixa 100% Títulos Públicos. Assim sendo, a alteração apresentada tem por objetivo adequar a estratégia-alvo da Política Anual de Investimentos à atual composição da carteira e às limitações vigentes. Lido o documento pela Sr. Fernanda, todos registraram a concordância com as modificações, assinando o documento a ser publicado. Mesmo não sendo pauta da reunião, a Sr.^a Elis lembrou aos presentes da importância da participação de todos no Curso Introdução à Análise de Relatórios de Avaliação Atuarial dos RPPS, que será realizado pela Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, nos dias 09/10,16/17 de setembro. A Sr.^a Elis ressalta que o evento é muito importante para o Conselho, dada sua relevância no universo do RPPS. E ainda há que se destacar o fato de que o Tribunal demanda posicionamentos concretos dos colegiados em relação ao documento, principalmente do Conselho de Previdência. Os conselheiros Antônio José e Fernanda responderam que, apesar da importância do curso,

(Handwritten signatures in blue ink)

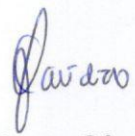


Instituto de Previdência de Paraíba do Sul - PREVSUL
Av. Prefeito Bento Gonçalves Pereira, n.º 583 – Centro
PARAÍBA DO SUL - RJ

infelizmente não será possível participar desta vez. A Sr.^a Elis diz que é uma pena, mas que manterá os conselheiros informados de todos os cursos realizados pelo TCE-RJ. O Sr. Bruno disse que a Crédito & Mercado também promoverá uma capacitação em breve, para a qual seremos convidados, mas que sabe da nossa dificuldade em participar, já que será em São Paulo. Infelizmente, a falta de transporte próprio dificulta muito a participação dos conselheiros, servidores e do Comitê de Investimentos nos cursos e treinamentos, visto que, na maioria das vezes não nos é disponibilizado carro da frota municipal. Temos ido para o TCE-RJ de ônibus, disse a Sr.^a Lidiane, com recursos da Taxa de Administração, mas compreendemos que para locais mais distantes fica praticamente inviável irmos desta forma. A Sr.^a Fernanda lembra da promessa de um veículo para o PREVSUL e o Sr. Antônio José pergunta se tivemos oportunidade de voltar a falar com o Prefeito sobre este assunto. A Sr.^a Elis disse que não, mas que já falou com o Secretário de Governo e também com o de Fazenda, mas nada de concreto foi respondido. E assim, cumprida a pauta do dia e nada mais havendo a discutir, dei por encerrada a reunião às 19 horas e 10 minutos, agradecendo à presença do Sr. Bruno Leme, que disse que espera nos ver no Congresso Previdenciário da AEPREMERJ, importante momento de atualização e de troca de experiência para os gestores de RPPS. E para tudo constar, eu, Elis da Costa Cândido, lavei e assino a presente Ata, que vai assinada por mim e todos os demais presentes. Paraíba do Sul, 05 de agosto de 2026.



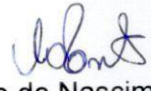
Antônio José Alves Gomes
Conselheiro



Elis da Costa Cândido
Conselheira



Fernanda Braga Calixto
Conselheira



Lidiane do Nascimento Pontes
Conselheira